

Colonialidade do poder: a formação do eurocentrismo como padrão de poder mundial por meio da colonização da América

Coloniality of power: the formation of eurocentrism as a standard for world power through the colonization of America

Colonialidad del poder: la formación del eurocentrismo como patrón de poder mundial por medio de la colonización de América

Fernando Joaquim Ferreira Maia¹
Mayara Helenna Veríssimo de Farias¹

Recebido em 08/12/2018; revisado e aprovado em 19/06/2019; aceito em 25/07/2019.

DOI: <http://dx.doi.org/10.20435/inter.v21i3.2300>

Resumo: Parte-se da compreensão de que a tradição da cultura política e jurídica na América Latina é reflexo de um processo histórico de colonialidade, exploração, dependência e exclusão de múltiplos segmentos societários. Assim, realiza-se um estudo partindo dos três aspectos que possibilitaram a dominação do norte sobre os países do sul global: eurocentrismo, como matriz cultural; colonialismo, como matriz institucional; e capitalismo, como matriz econômica. Passa-se pela compreensão da formação da modernidade, com base no eurocentrismo e no processo de colonização do continente. Em seguida, analisa-se o novo padrão de poder. E, por fim, busca-se abordar a dependência econômica como produto da colonialidade. Desta forma, o objetivo do presente trabalho é compreender o que tem sido chamado de colonialidade do poder, enquanto produto da invasão ibérica do continente americano. Para tanto, utilizar-se-á, como método, o materialismo histórico e dialético para auxiliar na verificação das contradições fundamentais e secundárias na América Latina e na diferenciação das várias etapas de desenvolvimento dessas contradições e fenômenos. Referências bibliográficas serão utilizadas como instrumento de pesquisa, destacando-se os textos de Aníbal Quijano, Enrique Dussel e Walter Mignolo, com atenção àqueles relativos à colonialidade do poder.

Palavras-chave: colonialidade; eurocentrismo; América Latina.

Abstract: It begins with the understanding that the tradition of political and juridical culture in Latin America is a reflection of a historical process of coloniality, exploitation, dependence, and exclusion of multiple societal segments. Thus, we made a study starting from the three aspects that made possible the domination of the north on the countries of the global south: eurocentrism, as a cultural matrix; colonialism, as an institutional matrix; and capitalism as an economic matrix. It goes through the understanding of the formation of modernity, based on eurocentrism and the process of colonization of the continent. Then we analyzed the new power pattern. And, finally, we seek to address economic dependence as a product of coloniality. In this way, the objective of the present work is to understand what has been called the coloniality of power, as a product of the Iberian invasion of the American continent. For this, we used historical and dialectical materialism as a method to aid in the verification of fundamental and secondary contradictions in Latin America and in the differentiation of the various stages of development of these contradictions and phenomena. We used bibliographical references as a research instrument, highlighting the texts of Aníbal Quijano, Enrique Dussel, and Walter Mignolo, with attention to those related to the coloniality of power.

Keywords: coloniality; eurocentrism; Latin America.

Resumen: Se parte del entendimiento de que la tradición de la cultura política y jurídica en América Latina es un reflejo de un proceso histórico de colonialidad, explotación, dependencia y exclusión de múltiples segmentos empresariales. Así, se realiza un estudio a partir de los tres aspectos que hicieron posible la dominación del norte sobre los países del sur global: el eurocentrismo, como matriz cultural; colonialismo, como matriz institucional; y el capitalismo, como matriz económica. Se implica comprender la formación de la modernidad, basada en el eurocentrismo y el proceso de colonización del continente. Luego, se analiza el nuevo patrón de poder. Finalmente, se busca abordar la dependencia económica como producto de la colonialidad. Así, el objetivo del presente trabajo es comprender lo que se ha denominado la colonialidad del poder, como producto de la invasión ibérica al continente americano. Para ello, se utilizará el materialismo histórico y dialéctico como método para ayudar a verificar las contradicciones fundamentales y secundarias en América Latina y a diferenciar las diversas etapas de desarrollo de estas contradicciones y fenómenos. Las

¹ Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa, Paraíba, Brasil.



referencias bibliográficas se utilizarán como instrumento de investigación, con énfasis en los textos de Aníbal Quijano, Enrique Dussel y Walter Mignolo, con atención a los relacionados con la colonialidad del poder.

Palabras clave: colonialidad; eurocentrismo; America Latina.

1 INTRODUÇÃO

A história da América Latina é marcada por fortes influências externas, de modo que suas formações política, econômica e social ocorreram por meio de intensas interferências estrangeiras. Essa característica, engendrada desde a chegada dos europeus no período da colonização, fez com que a América fosse sempre constituída como o Outro do ego hegemônico em poder.

O ano de 1492 representa o momento da primeira transmutação em Outro do continente americano, quando este é violentamente identificado por meio do Eu europeu, que toma para si a centralidade do discurso e a condução da racionalidade. Assim, a identidade latino-americana é formada por meio de seu encobrimento, que se transforma em modo de dominação social e possibilita a formação de um padrão de poder que ainda marca a região até o presente, a colonialidade. Esta, por sua vez, forma-se por intermédio de alguns eixos fundamentais, entre eles, a classificação social da população de acordo com a ideia de raça, o estabelecimento de uma superioridade europeia sobre os demais (fundada em supostas diferenças biológicas que colocam o não europeu em situação de inferioridade) e o controle sobre todas as formas de apropriação do trabalho.

A colonialidade, como poder estrutural que opera na América Latina, possibilitou, no campo ontológico, a criação de um novo padrão de racionalidade, o eurocentrismo. De forma concomitante, a emergência de um novo sistema de dominação social também foi associada aos espaços na divisão do trabalho, possibilitando a intensificação das formas de exploração, que, aliada à acumulação primitiva de riqueza (possibilitada pelas colônias), desencadeou o desenvolvimento do capitalismo enquanto sistema mundial.

A dominação dos países europeus ocorreu em todos os segmentos e instituições da sociedade latino-americana, consolidando-se como um poder global sistemático e hegemônico, o que implicou a construção de diversos paradigmas baseados na racionalidade europeia, ainda presentes nos países latinos.

Como consequência, as construções subjetivas dos povos originários do continente foram apagadas. Assim, na construção colonial epistemológica, o conhecimento advindo da Europa sempre foi considerado correto, científico, racional e superior, enquanto toda a produção advinda de outra origem geográfica foi configurada como inferior e não racional. A difusão mundial dessa ideia levou ao silenciamento e à invisibilização de outros conhecimentos que não fossem o europeu, principalmente das culturas do sul global, extremamente marginalizada nesse processo.

Da mesma forma, a construção dos Estados latino-americanos ocorreu sem considerar a grande massa populacional composta pelas minorias étnicas, por meio de um projeto civilizatório homogeneizador e uniformizador que não considerou a grande pluralidade que compõe as sociedades, de modo que alguns segmentos societários não puderam participar dos espaços públicos ou da condução política, assim como não eram considerados sujeitos de direito.

Ao mesmo tempo, a América Latina como um todo, apesar das diferenças de correlações de forças e de dinâmicas sociais entre os países, passou por um processo de desenvolvimento capitalista bastante semelhante, a partir de uma estrutural relação de dependência. A colonização,

o controle e o dirigismo estrangeiro na região ultrapassaram as grandes navegações e caminharam para contornos geopolíticos mais complexos, de forma que a América Latina está, ainda hoje, imersa na situação de dependência econômica, ampliada pela imposição de doutrinas econômicas, seja o mercantilismo, seja o liberalismo ou, posteriormente, o neoliberalismo.

Para a análise, utilizou-se o método histórico dialético, uma vez que a América Latina deve ser estudada a partir de variados contextos, como o social, o político, o econômico, o cultural e o jurídico.

Tal escolha metodológica também é explicada a partir do recorte temático no problema selecionado, o qual examina fenômenos históricos e estruturais que afetam as sociedades, como a colonialidade e a dependência, organismos que somente podem ser estudados levando-se em consideração o desenvolvimento dos países latino-americanos e suas relações com o eurocentrismo e com o capitalismo mundial ao longo do tempo.

Segundo o materialismo histórico, a divisão do trabalho e da produção gera classes sociais e interesses antagônicos e inconciliáveis entre essas classes, levando-as a uma luta permanente pelo poder econômico e político na sociedade. Assim, para explicar um fato histórico, deve-se examinar qual a consciência jurídica, política e social contida nas classes em luta e o modelo que caracteriza essas classes (POLITZER, 2018). No caso em concreto, parte-se do entendimento de que o objeto de estudo é a formação do eurocentrismo na América. Assim, por meio de uma descrição histórica do contexto político, econômico e social por que passou a América Latina, com ênfase no processo de colonialidade empreendido na região, pretende-se chegar à resolução do problema pesquisado. A separação das classes sociais e de seus extratos e atores se dá sobre condições materiais de existência específicas latino-americanas, seus singulares tipos de propriedade. Foi em cima dessas condições sociais e materiais de existência entre os vários segmentos da sociedade que se ergueu toda uma superestrutura de ideias, valores e concepções distintas e peculiares na América Latina. Não se trata apenas do que dizem Lakatos e Marconi (2003, p. 101):

[...] portanto, para a dialética, as coisas não são analisadas na qualidade de objetos fixos, mas em movimento: nenhuma coisa está “acabada”, encontrando-se sempre em vias de se transformar, desenvolver; o fim de um processo é sempre o começo de outro.

Por outro lado, as coisas não existem isoladas, destacadas uma das outras e independentes, mas como um todo unido, coerente. Tanto a natureza quanto a sociedade são compostas de objetos e fenômenos organicamente ligados entre si, dependendo uns dos outros e, ao mesmo tempo, condicionando-se reciprocamente.

Trata-se de detectar as contradições fundamentais e secundárias na relação social e na diferenciação das várias etapas de desenvolvimento dessas contradições e fenômenos à base das contradições geradas pelo processo histórico de divisão do trabalho e da produção, pelo qual cada camada social cria e forma sua consciência sobre a base de suas condições materiais e das relações sociais de produção correspondentes (MARX, 1978, p. 224).

No desenvolvimento desta pesquisa, foram abordadas as teorias latino-americanas sobre a colonialidade como a responsável pelo encobrimento da América Latina, e como o outro lado da formação de um padrão de poder eurocêntrico, nesse contexto, foi abordada a formação da modernidade por meio de uma relação dialética com a América Latina enquanto identidade “outra” da Europa, a criação da ideia de raça como legitimadora da dominação estrutural europeia

e os arranjos da colonialidade e sua relação com a dependência do continente. Para tanto, foi utilizada, primordialmente, a categoria Outro de Enrique Dussel, como fundamento para análise do processo de colonialidade e suas consequências, assim como o pensamento de Aníbal Quijano e Walter Mignolo a respeito do conceito de colonialidade do poder e de sua formação estrutural, juntamente do eurocentrismo e do capitalismo.

2 A CRIAÇÃO DA IDENTIDADE EUROPEIA POR MEIO DO ENCOBRIMENTO DA AMÉRICA LATINA

Toma-se como base o ano de 1492, data em que tem início o processo de invasão, conquista e colonização dos europeus, a criação da identidade latino-americana como Outro, o encobrimento das culturas originárias e o nascimento da modernidade.

A escolha de tal marco temporal justifica-se porque, além de ser o ano em que os europeus chegaram ao continente americano, 1492 também foi o ano que Enrique Dussel² (1993), por meio da teoria do encobrimento do outro, concebeu como o início da modernidade, considerando a estreita relação entre a criação dos valores modernos e a colonização da América Latina.

Ademais, segundo o argentino Walter Mignolo (2007, p. 28), antes de 1492 a América não figurava em nenhum mapa e não se concebia a ideia de um quarto continente. Porém o território que hoje é designado americano já existia, assim como sua população, que o chamava com sua própria denominação: *Tawantinsuyu*, na região andina; *Anahuac*, no que hoje é o México; e *Abya-Yala*, na região que hoje ocupa o Panamá³.

A Europa, por sua vez, nem sempre foi entendida e identificada como “Europa”. A conceptualização da simbologia europeia moderna é uma construção ideológica que tem início com a inversão de posições no contexto histórico mundial. O continente europeu até o século XV era periférico no contexto euro-afro-asiático, ocupando uma posição secundária em relação às culturas asiáticas e africanas (DUSSEL, 2005, p. 1). A mudança histórica de configuração, passando de periferia para centro, representa o que o filósofo argentino Enrique Dussel (2005, p. 2) chama de “deslizamento semântico” do conceito de Europa.

No decorrer da história, ocorreu uma mudança de significado que atribuiu a centralidade mundial ao continente europeu, mais precisamente a sua parte ocidental. Tal transformação paradigmática mostra que nem sempre a Europa foi o centro do mundo e que tomou para si essa posição por meio de estruturações ideológicas, que chegaram ao seu ápice na constituição da modernidade. Este estudo, no entanto, é analisado, em sua maioria, por meio de autores que

² “A Modernidade nasce realmente em 1492: esta é nossa tese” (DUSSEL, 2005, p. 29).

³ Antes de 1492, somente a cosmologia cristã regionalizava o mundo, existindo a divisão em três continentes: Ásia, África e Europa, com referência aos três filhos de Noé. A América surge como um quarto elemento e ganha esse termo em homenagem ao comerciante e navegador italiano Américo Vespúcio, por ter observado que as terras encontradas por Colombo não pertenciam às Índias, mas tratava-se de um “novo” lugar.

Por trás do nascimento da ideia de América estava a noção de ocidentalismo, que se confunde com a própria noção de Europa, que é considerada a própria representação do Ocidente, onde se encontra o centro de organização política e econômica, o modelo de vida social, o centro de criação epistemológica, o exemplo para o progresso da humanidade e de onde se categoriza o mundo (MIGNOLO, 2007).

O significado de América Latina, além de incorporar a origem conceitual de América, também carrega o imperialismo de outra potência, agora no próprio continente, os EUA. Muda-se o *locus* de enunciação mundial, mas as relações de dominação continuam, surgindo a diferenciação entre os americanos e os subamericanos.

“A geopolítica da divisão continental é fundamental para entender por que a América Latina foi incluída no Ocidente e inserida na periferia ao mesmo tempo” (MIGNOLO, 2007).

carregam alguma carga de eurocentrismo e que, por isso, deixam de lado um dos sustentáculos da modernidade e do eurocentrismo, a colonialidade.

Assim, segundo Edgard Lander (2005, p. 10), a chegada dos europeus ao continente americano foi o momento em que tiveram início dois processos que, conjuntamente e de forma articulada, modularam a formação histórica posterior: a modernidade e a organização colonial do mundo. E o autor segue afirmando que:

Com o início do colonialismo na América inicia-se não apenas a organização colonial do mundo mas – simultaneamente – a constituição colonial dos saberes, das linguagens, da memória e do imaginário. Dá-se início ao longo processo que culminará nos séculos XVIII e XIX e no qual, pela primeira vez, se organiza a totalidade do espaço e do tempo – todas as culturas, povos e territórios do planeta, presentes e passados – numa grande narrativa universal. Nessa narrativa, a Europa é – ou sempre foi – simultaneamente o centro geográfico e a culminação do movimento temporal. Nesse período moderno primevo/colonial dão-se os primeiros passos na articulação das diferenças culturais em hierarquias cronológicas e do que Johannes Fabian chama de a negação da simultaneidade. Com os cronistas espanhóis dá-se início a “massiva formação discursiva de construção da Europa/Ocidente e o outro, do europeu e o Índio, do lugar privilegiado do lugar de enunciação associado ao poder imperial. (LANDER, 2005, p. 10).

Desta forma, adota-se como perspectiva de estudo a teoria do mito⁴ da modernidade de Enrique Dussel, a qual considera que o processo de formação da moderna identidade europeia, assim como a conhecemos hoje, teve início no período de colonização, quando a Europa encontrou-se com o não europeu e se afirmou como centro da história mundial. Dussel (1993, p. 27) distingue quatro diferentes figuras dentro desse processo, a “invenção”, o “descobrimento”, a “conquista” e a “colonização”.

No primeiro momento, os navegadores europeus, ao chegarem à América, acreditavam ter encontrado o caminho para a Ásia por meio do Ocidente, tendo “inventado” os seres encontrados, acreditando serem asiáticos. Assim, os indígenas, nessa ocasião, foram encobertos pelo reconhecimento de quem já era conhecido, isto é, dos povos asiáticos.

O “descobrimento” foi o momento de conhecer o novo, saber que as terras encontradas não faziam parte da Ásia, mas eram uma quarta parte do mundo, que até então consistia em Europa, África e Ásia. É nesse momento que a Europa, ao encontrar o desconhecido, designa-o como Outro e reconhece sua própria identidade como centro. É o ponto em que acontece a formação da identidade europeia e o nascimento da modernidade. A Europa reconhece a si mesma como centro dos acontecimentos e secundariza o restante do mundo, ao passo que cria a subjetividade a ser espalhada como universal e identifica os “novos descobertos” como seres a serem colonizados e civilizados. Cita-se Dussel (1993, p. 36):

A Europa tornou as outras culturas, mundos, pessoas em objeto: lançado (-jacere) diante (ob-) de seus olhos. O “coberto” foi “des-coberto”: ego cogito *cogitatum*, europeizado, mas imediatamente ‘en-coberto’ como Outro. O outro constituído como o Si-mesmo. O ego moderno “nasce” nesta autoconstituição perante as outras regiões dominadas.

A terceira figura, a “conquista”, tem caráter material e prático, passa do reconhecimento do território e dos povos para a efetiva dominação e controle das pessoas. Nesse sentido,

⁴ “Mitificar”, na ciência histórica, é fixar limites outorgando-lhes um valor absoluto e, por isso mesmo, desvalorizando “o anterior”, ou simplesmente negando-o (DUSSEL, 1997, p. 14).

partindo da modernidade como um processo fundado numa relação de violência, o conquistador é o primeiro homem moderno, que se impõe ao Outro, e esta é a primeira experiência da modernidade, a dominação do ego europeu sobre o não ego do Outro. Nesse sentido, afirma Dussel (1993, p. 44):

A “conquista” é um processo militar, prático, violento que inclui dialeticamente o Outro como o “si-mesmo”. O Outro, em sua distinção, é negado como Outro e é sujeitado, subsumido, alienado a se incorporar à totalidade dominadora como coisa, como instrumento, como oprimido, como “encomendado”, como assalariado (nas futuras fazendas), ou como africano escravo (nos engenhos de açúcar e outros produtos tropicais).

A figura da “colonização” é o primeiro processo da modernidade por meio do qual o europeu se impõe sistematicamente sobre os novos encontrados, para além do contexto guerreiro e desbravador, com intenções de domesticação, modificação e universalização do modo de vida do colonizado por intermédio da perspectiva colonizadora. Tudo isso por meio de uma “práxis erótica, pedagógica, cultural, política, econômica, quer dizer, do domínio dos corpos pelo machismo sexual, da cultura, de tipos de trabalho, de instituições criadas por uma nova burocracia política, etc.”, o que vai moldar toda a futura formação da América Latina (DUSSEL, 1993, p. 50-1).

Assim, ao encontrar e reconhecer os novos povos como o Outro, o Eu europeu é modificado e sua formação ocorre a partir do encobrimento daqueles. Os europeus atribuem a si mesmos uma situação de superioridade perante os povos latino-americanos, o que, posteriormente, é espalhado ao resto do mundo, que ganha a categoria de inferioridade em relação à Europa. Ao criar essa ideia de supremacia, também estabelecem as suas crenças e valores como universais e os impõem aos povos americanos, sempre por meio da violência e da destruição do mundo dos colonizados. O encobrimento acontece em vários aspectos – econômico, político, cultural e social –, impondo toda forma de subjetividade à vida do indígena.

Dessa forma, a moderna identidade europeia é formada quando encontram com o Outro e o reconhecem como tal, transformando e moldando a identidade alheia por meio da violência e negando toda e qualquer forma de expressão subjetiva do ser encontrado, pelo que o Outro não é descoberto como Outro, mas en-coberto com o si-mesmo europeu (DUSSEL, 1993, p. 8). Esse processo formou a colonialidade do poder, um padrão de poder sistemático que tornou a dominação e a ideia de superioridade europeia concepções naturais difundidas no mundo inteiro, primeiro na América, depois na África e Ásia, inclusive com a reidentificação histórica dos dois últimos continentes.

Nesse sentido, Walter Mignolo (2007, p. 28-9) considera que a América nunca foi um continente a se “descobrir” e que o descobrimento nada mais foi do que uma invenção forjada pela história colonial europeia e consolidada pela expansão das ideias e instituições ocidentais. Assim, traz a ideia do historiador mexicano Edmundo O’Gorman (1958) para explicar que a invenção da América implicou a apropriação do continente pelo imaginário euro-cristão.

A noção de colonialidade no contexto da América Latina é apresentada pelo peruano Aníbal Quijano. Segundo este autor, um dos sustentáculos do novo padrão de poder formado foi o estabelecimento da ideia de raça como diferenciadora de identidades sociais, utilizada para legitimar o processo de colonização e dominação europeu sobre os povos latino-americanos. Conforme o autor peruano, o sentido moderno de raça, utilizado para classificar seres humanos, não tinha uso conhecido até a colonização americana. Foi com a América que se iniciou a distinção

entre pessoas a partir de diferenças fenotípicas, relacionadas nesse momento à criação de distinções entre colonizadores e colonizados (QUIJANO, 2005a, p. 107).

Walter Mignolo (2007) explica o racismo enquanto sistema utilizado pelos europeus para anular todas as outras histórias em prol da sua. Segundo o autor, os europeus construíram e utilizaram um sistema classificatório para possibilitar a marginalização de determinados conhecimentos, línguas e pessoas e, também, para justificar a apropriação da terra e a exploração de mão de obra. Ele segue dizendo:

Al encontrarse frente a grupos de personas que hasta el momento desconocían los colonizadores cristianos de las Indias Occidentales [...] definieron a los individuos basándose en su relación con los principios teológicos del conocimiento, considerados superiores a cualquier otro sistema existente. A mediados del siglo XVI, Las Casas proporcionó una clasificación de los bárbaros que, claro está, era una clasificación racial aunque no tuviese en cuenta el color de la piel. Era racial porque clasificaba a los seres humanos en una escala descendente que tomaba los ideales occidentales cristianos como criterio para la clasificación. La categorización racial no consiste simplemente en decir “eres negro o indio, por lo tanto, eres inferior”, sino en decir “no eres como yo, por lo tanto, eres inferior”, designación que en la escala cristiana de la humanidad incluía a los indios americanos y los negros africanos. (MIGNOLO, 2007, p. 13).

Nesse sentido, foram criadas novas identidades sociais – índios, negros e mestiços – para diferenciar os novos povos entre si e estes dos colonizadores, que atribuíram a si próprios a denominação de brancos. Assim, elegeram a cor como a característica principal na diferenciação racial. A formação de relações sociais por meio da associação de características biológicas a papéis desempenhados na sociedade, em um período de permanente violência e dominação, fez com que houvesse uma naturalização da maneira como a formação da sociedade era promovida, utilizando a raça como critério de discriminação.

Emergiu, assim, um novo sistema de dominação social, produto de um processo histórico de destruição do Outro e base para o novo padrão de poder em formação, amparado na naturalização das relações sociais de superioridade europeia e inferioridade americana. Como as supostas diferenças foram criadas em situações de dominação, os traços raciais foram associados a posições e hierarquias sociais. Com o passar do tempo, essa associação foi naturalizada e tornou-se parte das relações coloniais, transformando-se em um critério de distribuição de lugar e de poder na sociedade. Dessa forma, a ideia de raça, aliada à identidade social que a representa, estabeleceu-se como um instrumento de classificação social (QUIJANO, 2005a, p. 117).

Posteriormente, as novas identidades sociais criadas também foram associadas aos espaços na divisão do trabalho, que se transformou em divisão racial do trabalho, uma nova estrutura de exploração social. Nesse sentido, o trabalho assalariado era privilégio dos brancos; aos índios, foi atribuído o trabalho escravo ou a servidão e, ao negro, o trabalho escravo. Essa associação racista do trabalho foi repetida em todas as colônias europeias nos anos seguintes.

O peruano José Carlos Mariátegui (2010) explica como as relações de dominação e exclusão foram estabelecidas no período colonial. Sua análise é voltada para o que hoje é o Peru, mas pode explicar o processo colonial da América Latina. As sociedades indígenas regiam-se por meio do que chamou de “comunismo agrário” (MARIÁTEGUI, 2010, p. 69-71), a sobrevivência da comunidade e de elementos de socialismo prático na agricultura e vida indígenas (MARIÁTEGUI, 2010, p. 69), desenvolvida por meio do trabalho coletivo e do esforço comum, que proporcionava bem-estar material, abundância de subsistência e crescimento populacional. A partir da colonização, esse

sistema foi destruído, os colonizadores se preocupavam unicamente com a exploração de prata e do ouro. Com essa finalidade, os índios, que até então eram vinculados a terra, foram arrancados do solo e de seus costumes e culturas para o trabalho forçado por meio do sistemas de *mitas*⁵.

Dessa forma, o critério de raça se tornou uma classificação social universal, aliado a outras formas prévias de dominação, como a questão de gênero, fazendo com que, mundialmente, as pessoas fossem afetadas e classificadas de acordo com a divisão racial, tanto em termos de identidade social quanto em relação à posição na divisão social do trabalho. Da mesma maneira, da exploração social do trabalho, como estava ligada à questão racial e às formas de produção – e estas, por sua vez, gravitavam em torno do mercado mundial em favor dos detentores do poder –, emergiu também o primeiro sistema global de controle e exploração, o capitalismo mundial⁶ (QUIJANO, 2005a).

A respeito da evolução do capitalismo, Mignolo (2007, p. 54) assevera:

Pero América proporcionó la fuerza impulsora que favoreció la transformación del capital en capitalismo. ¿Como sucedió esto? Aquí también la apropiación de la tierra, la explotación de la mano de obra y la trata de esclavos a gran escala giraban alrededor de un objetivo común (producir mercancías para el mercado mundial en gestación a partir de materias primas tales como el oro, el tabaco o el azúcar) con consecuencias terribles (la prescindibilidad de la vida humana en el proceso de producción de mercancías y de acumulación de capital). El capital se transformó en capitalismo cuando la retórica de la modernidad concibió los cambios radicales en la apropiación de la tierra, la explotación de la mano de obra y la producción de materias primas a gran escala como parte del progreso de la humanidad.⁷

⁵ Sistema em que o índio trabalhava por um período – geralmente de quatro meses, pois não aguantavam tempo superior devido ao trabalho pesado – e depois retornavam à comunidade, que deveria encaminhar outro indígena em substituição.

“Em trezentos anos, a rica montanha de Potosí queimou, segundo Josiah Conder, oito milhões de vidas. Os índios eram arrancados das comunidades agrícolas e empurrados, junto de suas mulheres e seus filhos, rumo às minas. De cada dez que iam aos altos páramos gelados, sete nunca regressavam.

Luís Capoche, dono de minas e de engenhos, escreveu que “os caminhos estavam tão cobertos que parecia que se mudava o reino”. Nas comunidades, os indígenas viram “voltar muitas mulheres aflitas, sem maridos, e muitos filhos órfãos sem seus pais”, sabiam que na mina esperavam “mil mortes e desastres”. Os espanhóis percorriam centenas de milhas em busca de mão de obra. Muitos dos índios morriam pelo caminho, antes de chegar a Potosí. Mas eram as terríveis condições de trabalho na mina que mais gente matavam. O frei dominicano Domingo de Santo Tomás denunciava ao Conselho das Índias, em 1550, logo do aparecimento da mina, que Potosí era uma “boca do inferno” que anualmente tragava índios aos milhares e milhares e que os rapazes mineiros tratavam os naturais “como animais sem dono”. E frei Rodrigo de Loaysa diria depois: “Estes pobres índios são como as sardinhas no mar. Assim como os outros peixes perseguem as sardinhas para delas fazerem presa e devorá-las, assim todos nestas terras perseguem os miseráveis índios...” Os caciques das comunidades tinham a obrigação de substituir os *mitayos* que iam morrendo por novos homens de 18 a 50 anos de idade” (GALEANO, 1985, p. 50-1). “Os *mitayos* retiravam o minério com a ponta de uma barra e o carregavam nas costas, por escadas, à luz de uma vela. Fora do socavão, moviam enormes eixos de madeira nos engenhos ou fundiam a prata no fogo, depois de moê-la e lavá-la. A *mita* era uma máquina de triturar índios. O emprego do mercúrio para a extração de prata por amálgama envenenava tanto ou mais do que os gases tóxicos do ventre da terra. Fazia cair o cabelo, os dentes e provocava tremores incontroláveis. Os ‘azogados’ se arrastavam pedindo esmolas pelas ruas. Seis mil e quinhentas fogueiras ardiavam na noite sobre as ladeiras da montanha, e nelas se trabalhava a prata, valendo-se do vento que o ‘glorioso Santo Agostinho’ mandava do céu. Por causa da fumaça dos fornos não havia pastos nem plantações num raio de seis léguas ao redor de Potosí, e as emanções não eram menos implacáveis com os corpos dos homens” (GALEANO, 1985, p. 52).

⁶ A origem do capitalismo remonta aos séculos XI-XII, portanto, é anterior à invasão da América. Porém, somente com o processo de colonização americana, ganhou força mundial e se tornou estrutural.

⁷ Mas a América proporcionou a força impulsora que favoreceu a transformação do capital em capitalismo. Como isso aconteceu? Aqui também a apropriação da terra, a exploração do trabalho e o comércio de escravos em larga

Esta relação também é estudada pelo antropólogo venezuelano Fernando Coronil (2005), que considera que o colonialismo é o lado escuro do capitalismo europeu, não podendo ser visto como um mero detalhe no desenvolvimento capitalista, pois:

[...] a “acumulação primitiva” colonial, longe de ser uma pré-condição do desenvolvimento capitalista, foi um elemento indispensável de sua dinâmica interna. O “trabalho assalariado livre” na Europa constitui não a condição essencial do capitalismo, mas sua modalidade produtiva dominante, modalidade historicamente condicionada pelo trabalho “não-livre” em suas colônias e em outros lugares, tal como o atual trabalho produtivo dos trabalhadores assalariados depende do trabalho doméstico, “não-produtivo” das mulheres no âmbito doméstico. Em vez de perceber a natureza e o trabalho das mulheres como “presentes” ao capital, devem ser vistos como confiscos do capital, como parte de seus outros colonizados, como seu lado escuro. (CORONIL, 2005, p. 52).

Assim, a dominação europeia durante a conquista e colonização culminou na formação da subjetividade da Europa ocidental como central, trazendo à consideração o eurocentrismo enquanto promulgação da normalidade e racionalidade, bem como a objetificação e negação das outras culturas e pessoas. Além do mais, o processo colonial das Américas foi primordial para o desenvolvimento de diversas estruturas hegemônicas, embora nem sempre essa relação seja reconhecida, que vão estar presentes ao longo dos anos nas sociedades latino-americanas.

3 O NOVO PADRÃO DE PODER E A NOVA INTERSUBJETIVIDADE MUNDIAL

As relações de poder entre colonizadores e colonizados consistiram na destruição do mundo das populações originárias e, para os sobreviventes, a imposição de uma identidade racial que estabeleceu, desde logo, a ocupação do lugar nos novos espaços de poder que passou a ser naturalmente associada. E, muito além, ao criarem supostas diferenças biológicas entre colonizadores e colonizados, naturalizaram a ideia de superioridade dos europeus e inferioridade dos não europeus mundialmente, o que foi responsável por distribuir e alocar a população mundial em níveis e lugares, elegendo quem participa ou não, quem tem voz ou não, quem é considerado sujeito ou não no cenário jurídico-político na sociedade. Segundo Quijano (2005b, p. 16):

A produção histórica da América Latina começa com a destruição de todo um mundo histórico, provavelmente a maior destruição sociocultural e demográfica da história que chegou a nosso conhecimento [...] se trata, primeiro, da desintegração dos padrões de poder e de civilização de algumas das mais avançadas experiências históricas da espécie. Segundo, do extermínio físico, em pouco mais de três décadas, as primeiras do século XVI, de mais da metade da população dessas sociedades, cujo total imediatamente antes de sua destruição é estimado em mais de cem milhões de pessoas. Terceiro, da eliminação deliberada de muitos dos mais importantes produtores, não só portadores, daquelas experiências, seus dirigentes, seus intelectuais, seus engenheiros, seus cientistas, seus artistas. Quarto, da continuada repressão material e subjetiva dos sobreviventes, durante os séculos seguintes, até submetê-los à condição de camponeses iletrados, explorados e culturalmente colonizados e dependentes, isto é, até o desaparecimento de todo padrão livre e autônomo de objetivação de ideias, de imagens, de símbolos.

escala giravam em torno de um objetivo comum (produzir bens para o mercado mundial em gestação a partir de matérias-primas como o ouro, o tabaco ou o açúcar) com terríveis consequências (a dispensabilidade da vida humana no processo de produção de bens e a acumulação de capital). O capital transformou-se em capitalismo quando a retórica da modernidade concebeu as mudanças radicais na apropriação da terra, na exploração do trabalho e na produção de matérias-primas em larga escala como parte do progresso da humanidade (tradução dos autores).

Quando da associação dessas identidades sociais com a posição ocupada na divisão do trabalho, neste período de controle das estruturas do trabalho e de desenvolvimento inicial do capitalismo global, a divisão racista do trabalho torna-se estrutural e parte da ideologia dominante. Assim, forma-se um poder na América fundado em três estruturas centrais: a colonialidade do poder (amparada no racismo), o capitalismo e o eurocentrismo.

A conjunção dessas composições tornou o padrão de poder formado como o primeiro com capacidade global na história. Segundo Quijano (2005a, p. 123), isso aconteceu em vários sentidos: foi o primeiro que teve cada segmento social articulado em formas históricas de controle das relações sociais, de modo que existia uma relação sistemática em cada área e no conjunto como um todo; foi a primeira vez que cada estrutura em cada âmbito da existência social esteve em uma relação de controle com uma instituição produzida pelo próprio padrão de poder; também, todas as instituições existiam em uma relação de interdependência com as outras; e, por último, foi o primeiro que conseguiu abranger a população mundial.

Para Mignolo (2007, p. 36), a colonialidade opera em quatro domínios da experiência humana:

- (1) económico: apropiación de la tierra, explotación de la mano de obra y control de las finanzas;
- (2) político: control de la autoridad;
- (3) social: control del género y la sexualidad, y
- (4): epistémico y subjetivo/personal: control del conocimiento y la subjetividad.⁸

A colonialidade do poder foi a lógica que operou na América iniciada no processo de colonização, oprimindo, reprimindo e apagando populações e suas culturas em um contexto de racismo e dominação. O eurocentrismo se configurou como sendo uma perspectiva de conhecimento que tem a Europa, os valores e modos de formação de conhecimento europeus como centro da elaboração sistemática epistemológica. Sua constituição é anterior à América, porém foi por meio do continente americano que esse elemento se transformou em um padrão de poder mundial. O capitalismo como modo de produção, que tem como núcleo a mercantilização das relações de trabalho, teve na relação América/Europa um enorme espaço de crescimento. Antes do período colonial americano, não havia lugar em que houvesse uma relação estruturada entre capitalismo e as formas de organização e controle das forças de trabalho.

Após a América, o capitalismo tomou medidas globais e se transformou no modo de produção dominante. Embora existente anteriormente, o capitalismo como sistema de produção baseado nas formas de controle do trabalho e de seus produtos surge com a emergência da colonização americana (QUIJANO, 2005a, p. 126). O controle e a exploração do trabalho foram empreendidos de forma intensificada e passaram a se articular em torno da relação capital-salário, da divisão racial do trabalho e do mercado mundial, de maneira sistemática. Isso levou à criação de um padrão global de controle do trabalho que, ao se constituir em torno do capital, estabeleceu uma nova configuração no modo de produção: o capitalismo mundial (QUIJANO, 2005a, p. 118).

A associação da raça a uma posição na divisão do trabalho possibilitou atribuir aos brancos o privilégio do trabalho assalariado, enquanto os negros e os índios, devido à inferioridade racial atribuída, eram obrigados a se submeter ao trabalho escravo ou à servidão. O que permitiu a

⁸ (1) econômico: apropriação da terra, exploração do trabalho e controle das finanças; (2) político: controle de autoridade; (3) social: controle do gênero e da sexualidade, e (4): epistêmico e subjetivo/pessoal: controle do conhecimento e subjetividade (tradução livre).

determinação do que Quijano chama de “geografia social do capitalismo”, isto é, todas as formas de controle do trabalho assalariado se articulavam em torno do capital, fazendo com que este se tornasse dominante sobre aquelas, medida que foi concentrada geograficamente na Europa, fazendo com que o continente europeu se constituísse como o centro do mundo capitalista (QUIJANO, 2005a, p. 120).

O surgimento de um padrão de dominação com um modelo de exploração aliado a toda riqueza expropriada da América conferiu à Europa uma posição de destaque no mercado mundial e na divisão internacional do trabalho, assim como possibilitou a expansão de sua acumulação capitalista. Isto é, as bases para o domínio do mercado mundial e para a colonização do resto do mundo foram construídas por meio da destruição, do apagamento e da escravidão dos índios e negros na América.

“A economia colonial latino-americana dispôs da maior concentração de força de trabalho até então conhecida, para possibilitar a maior concentração de riqueza que jamais possuiu qualquer civilização na história mundial” (GALEANO, 1985, p. 49-50).

Sobre como a colonização americana criou as possibilidades de construção do imperialismo europeu:

As colônias da Europa, primeiro na América e mais tarde na África, forneceram-lhe mão-de-obra, produtos agrícolas e recursos minerais. Igualmente, apresentaram à Europa uma variedade de culturas em contraposições as quais a Europa concebeu a si mesma como o padrão da humanidade – como portadora de uma religião, uma razão e uma civilização superiores encarnadas pelos europeus. À medida que a noção espanhola de “pureza de sangue” deu lugar nas Américas a distinções entre raças superiores e inferiores, esta superioridade se plasmou em distinções biológicas que foram fundamentais para a autodefinição dos europeus e que continuam presentes nos racismos contemporâneos. Assim como as plantações das Américas, operadas por escravos africanos, funcionaram como fábricas proto-industriais que precederam aquelas estabelecidas em Manchester ou em Liverpool com mão-de-obra europeia assalariada (Mintz, 1985), as colônias americanas prefiguraram as estabelecidas na África e Ásia durante a era do alto imperialismo. (CORONIL, 2005, p. 52).

À América Latina, restou a servidão aos dominadores e ao mercado mundial. Toda a riqueza aqui encontrada, mineral ou vegetal, era voltada ao abastecimento das demandas internacionais em benefício dos colonizadores. Isto é, a região já nasceu inserida numa condição de dependência alinhada com forças estruturais. Segundo Bagú (1977, p. 64-75):

Las colonias hispano-lusas de América no surgieron a la vida para repetir el ciclo feudal, sino para integrarse en el nuevo ciclo capitalista que se inauguraba en el mundo. Fueron descubiertas y conquistadas como un episodio más en un vasto período de expansión del capital comercial europeo. Su régimen económico colonial fué organizado con miras al robustecimiento de las economías metropolitanas y al mercado colonial⁹.

[...]

Podemos ahora agregar que la producción colonial no está orientada por las necesidades de los consumidores nacionales, ni siquiera por los intereses de los productores locales. La

⁹ As colônias espanholas e portuguesas na América não surgem à vida para repetir o ciclo feudal, mas para integrar o novo ciclo capitalista inaugurado no mundo. Eles foram descobertos e conquistados como um episódio em um vasto período de expansão do capital empresarial europeu. Seu regime econômico colonial foi organizado com vista a reforçar as economias de mercado metropolitanas e coloniais (tradução livre).

producción se estructura y se transforma todas las veces que sean necesarias para encajar dentro de un orden de cosas determinadas por las metrópolis imperiales. La economía colonial es siempre complementaria de la metropolitana.

Nesse processo, a identidade do que se formava por América Latina era concebida por meio de seu encobrimento e realocação ao padrão de poder em formação. Por meio da colonialidade e do encobrimento, foram criadas as condições de dependência e de periferia do capitalismo mundial.

Esta é também precisamente a questão com a história do espaço/tempo específico que hoje chamamos América Latina. Por sua constituição histórico-estruturalmente dependente dentro do atual padrão de poder, esteve todo esse tempo limitada a ser o espaço privilegiado de exercício da colonialidade do poder. (QUIJANO, 2005b, p. 14).

A América foi a primeira identidade Outra da Europa, reconhecida como tal quando os europeus se nomearam como o ego do mundo e encontraram no novo mundo seu oposto a ser dominado e colonizado, a periferia da sua centralidade, o não ego da sua identidade. A sua existência só poderia ser justificada por meio da subserviência às vontades da metrópole. Ao tomar para si a posição de superioridade em relação às outras culturas e se colocar como centro do mundo, o europeu considerou inexistente ou indigna de existir a cultura dos povos encontrados. Assim, a identidade americana é inicialmente formada pelo seu encobrimento por meio do reconhecimento da identidade dos invasores, passando por um processo de sujeição ou negação.

Há um violento sistema de apagamento da cultura dos povos originários a partir da perspectiva do europeu. É nesse sentido que Enrique Dussel (1988, p. 482) afirma, referindo-se à Europa, que “la cultura occidental tiene la capacidad creadora de dotar con su propio ser a un ente que ella misma concibe como distinto y ajeno”¹⁰.

Dessa forma, não há que falar em “descobrimento”, o que houve foi um “encobrimento” por meio do violento massacre da população originária e de sua cultura, juntamente da imposição dos valores do norte ocidental. Assim, até a forma como a história é contada denota silenciamento. O termo descobrimento tem caráter eurocêntrico, tendo o europeu como centro dos acontecimentos históricos, não considerando o lado da população originária, cuja existência anterior à chegada dos europeus não interessa e somente importará (mas não tanto) depois de esses povos serem descobertos, colonizados, civilizados e evangelizados.

As palavras “descobrimento” e “invasão” são dois paradigmas de um mesmo acontecimento, o que os separa é o que Mignolo denomina de “geografia do conhecimento”; não é apenas uma questão terminológica, mas advém de origens de discursos diversos, enquanto um está relacionado a uma perspectiva imperialista, o outro advém do pensamento crítico de quem foi excluído e obrigado a participar de uma história da qual não crê e não quer pertencer (MIGNOLO, 2007, p. 29).

Destarte, o processo de invasão-descobrimento-conquista-colonização da América teve como primeiro protagonista da exclusão os povos indígenas. Estes tiveram sua identidade silenciada e marginalizada, seus corpos escravizados e explorados (para o trabalho e para o sexo), sua cultura e conhecimento apagados, sua crença excluída, suas terras expropriadas, seu modo

¹⁰ A cultura ocidental tem a capacidade criadora de atribuir seu próprio ser a uma entidade que ela mesma concebe como distinta e estranha (tradução livre).

de viver desfigurado (QUIJANO, 2005a). A consequência foi a dizimação da população originária e a exclusão histórica daqueles que sobreviveram. Os indígenas foram imersos em um processo de universalização e unificação a valores outros, que não consideraram seus deuses, mitos, ritos, crenças, vida. Foi imposto o modo de viver europeu – racional, correto e cristão – para que pudessem adentrar ao que era entendido como civilização.

O início da produção histórica da América Latina, assim já denominada, foi, então, marcado pela destruição e apagamento da história das nações originárias. Segundo Quijano (2005b), essa foi, provavelmente, a maior destruição sociocultural e demográfica que se tem conhecimento. Nesse sentido, vale repetir a seguinte citação:

Como nesta ocasião não seria pertinente ir mais longe, nem mais fundo, sobre essa questão específica, permitam-me apenas recordar que se trata, primeiro, da desintegração dos padrões de poder e de civilização de algumas das mais avançadas experiências históricas da espécie. Segundo, do extermínio físico, em pouco mais de três décadas, as primeiras do século XVI, de mais da metade da população dessas sociedades, cujo total imediatamente antes de sua destruição é estimado em mais de cem milhões de pessoas. Terceiro, da eliminação deliberada de muitos dos mais importantes produtores, não só portadores, daquelas experiências, seus dirigentes, seus intelectuais, seus engenheiros, seus cientistas, seus artistas. Quarto, da continuada repressão material e subjetiva dos sobreviventes, durante os séculos seguintes, até submetê-los à condição de camponeses iletrados, explorados e culturalmente colonizados e dependentes, isto é, até o desaparecimento de todo padrão livre e autônomo de objetivação de ideias, de imagens, de símbolos. Em outros termos, de símbolos, de alfabeto, de escritura, de artes visuais, sonoras e audiovisuais. (QUIJANO, 2005b, p. 16).

A colonialidade, por sua vez, também foi epistemológica, o padrão de poder formado por meio da tríade colonialidade-eurocentrismo-capitalismo atuou no controle de todos os meios de subjetividade, sobretudo na produção de conhecimento e na cultura. Segundo Quijano (2005a, p. 121), três foram os fatores que possibilitaram esse processo. Primeiramente, expropriaram as populações – casa, corpo e terra; em seguida, reprimiram de todas as formas a produção de conhecimento dos colonizados, sua construção de subjetividade, suas crenças e valores, sua produção de sentidos. Depois, obrigaram os colonizados a aprender e apreender a cultura dos colonizadores em todos os campos – técnico, material e subjetivo.

Um dos casos de mais profunda violência e repressão aconteceu com os índios da América Latina, que tiveram sua cultura e conhecimentos suprimidos e destruídos, foram-lhes negados o direito de construir seus símbolos e saberes, restando a clandestinidade e a marginalização.

Nesse sentido, o conhecimento foi hierarquizado dentro de uma escala europeia de considerações, qualquer forma outra de manifestação da subjetividade era suprimida, as demais culturas eram consideradas subculturas, que deveriam ser suplantadas pela verdadeira e correta, a europeia. Criou-se a ideia de racionalidade e de ciência como fenômenos exclusivamente europeus, os demais conhecimentos eram considerados mágicos e míticos, relegados a uma categoria inferior e não racional, apagando a história de civilizações com vasta tradição anterior, a exemplo da Maia-Asteca.

O saber europeu, assim considerado como o único superior e racional, foi tomado como universal e por isso difundido em todo o mundo. Essa difusão de formas de produção de conhecimento, de sentidos e de simbologia, por meio de uma visão una e dominadora, foi essencial para a imposição do eurocentrismo em todas as regiões do mundo, aliado às estruturas

capitalistas e coloniais. É nesse contexto que é difundida a ideia de Europa como centro do mundo e as outras culturas como suas periferias, assim como é redesenhada a história mundial, desde a antiguidade, a partir da perspectiva europeia.

Foi nesse sentido que algumas regiões, com grande história de civilização anterior à própria Europa, tiveram sua identificação redefinida com base no eurocentrismo e sob a perspectiva da colonialidade. Foi levado em consideração o nível de desenvolvimento político, cultural e intelectual de cada lugar, por isso surgiu o Oriente como identidade, o único Outro com dignidade e alguma importância, em contraste com os índios e os negros, que não tiveram tipo algum de consideração (QUIJANO, 2005a, p. 121).

A (re)criação de diferentes identidades sob a égide da colonialidade fez com que as relações fossem codificadas em categorias: Ocidente/Oriente, irracional/racional, primitivo/civilizado, tendo a Europa sempre como os povos mais avançados e desenvolvidos (QUIJANO, 2005a, p. 122).

A colonialidade impregnada também no saber revela que, além do legado da desigualdade e das injustiças sociais, a colonização nos “impede de compreender o mundo a partir do próprio mundo em que vivemos e das epistemes que lhes são próprias”. Portanto o fato de os gregos terem inventado o pensamento filosófico não os faz donos do pensar ou não faz com que esse pensamento seja hierarquicamente superior a todos os outros, há diversas culturas com diversas formas de pensar, cada qual com sua importância epistêmica (PORTO-GONÇALVES, 2005, p. 3).

O eurocentrismo como cultura dominante passa a ser hegemônico, e isso claramente só é possível por meio da expansão colonial que tem início na América e da colonialidade do poder que se forma, primeiramente, por meio da região americana. A explicação desse fenômeno, desta forma, não é possível sem considerar duas ideias: a criação (pelos europeus) da história da civilização humana como que partindo e culminando na Europa e a criação de diferenças “naturais” entre os europeus e os não europeus, que deram aos primeiros uma superioridade advinda da natureza, e não de uma construção histórica de poder.

Esses acontecimentos ocorrem no período de formação da modernidade, que é geralmente tratada como um fenômeno estritamente europeu, a partir de acontecimentos e de acordo com pensamentos advindos da Europa. Para Dussel (1993, p. 8), porém, o conceito “modernidade” esconde a sua formação por meio de um violento processo de encobrimento do não europeu. Isto é, para o autor argentino, a modernidade nasce como conceito em 1492, ano em que Colombo inicia sua viagem que culmina na chegada à América e quando a Europa se encontra com seu Outro em uma situação de dominação, conquista e colonização (DUSSEL, 1993, p. 8).

Mignolo (2007, p. 30) acompanha esse mesmo pensamento e assim estabelece:

Para los primeros actores [os europeus], la modernidad tiene una sola cara y su densidad es simple; para los segundos [os latino-americanos], en cambio, tiene dos caras y su densidad es doble. Comprender la coexistencia de esos dos grandes paradigmas equivale a entender de qué manera ocurre la transformación en la geografía y la geopolítica del conocimiento. Mi punto de vista se enmarca abiertamente en el segundo paradigma, en la doble densidad de la modernidad/colonialidad.

A teoria da “invenção da América” de Mignolo parte da relação modernidade/colonialidade e firma sua base na ideia de que a invenção do continente americano permitiu criar as condições necessárias para a expansão imperialista e para a criação do modo de vida europeu como modelo de progresso a ser seguido por toda a humanidade. “La idea de America no puede separarse de la colonialidad: el continente en su totalidad surgió como tal, en la conciencia europea, como una

gran extensión de tierra de la que había que apropiarse y un pueblo que había que evangelizar y explotar”¹¹ (MIGNOLO, 2007, p. 31-2).

A modernidade tem origem, então, quando a Europa se posiciona como centro da história mundial e estabelece a América como sua periferia. É a partir desse contexto que surge o mito em torno do fenômeno modernidade. Os europeus se colocam como cultura superior, mais desenvolvida e exemplo de civilização a ser seguida (eurocentrismo), enquanto consideram os não europeus inferiores e bárbaros. Então, assim, a dominação que exercem sobre o americano é considerada legítima, porque é necessária para tirar-lhes da condição de barbárie, a qual estão inseridos por culpa própria. Os colonizadores fazem um “favor” aos colonizados ao empreendê-los no caminho do progresso e do desenvolvimento e inseri-los na comunidade de comunicação, saindo da situação de barbárie e de subdesenvolvimento em que se encontram. Cita-se a seguinte passagem de Eduardo Galeano (1985, p. 52):

Não faltavam as justificativas ideológicas. A sangria do Novo Mundo convertia-se num ato de caridade ou uma razão de fé. Junto com a culpa nasceu um sistema de álibis para as consciências culpáveis. Transformava-se os índios em bestas de carga, porque resistiam a um peso maior do que o que suportava o débil lombo da lhama, e de passagem comprovava-se que, na realidade, os índios eram bestas de carga. O vice-rei do México considerava que não havia melhor remédio que o trabalho nas minas para curar “a maldade natural” dos indígenas. Juan Ginés de Sepúlveda, o humanista, sustentava que os índios mereciam o trato que recebiam porque seus pecados e idolatrias constituíam uma ofensa a Deus. O conde de Buffon afirmava que não se registrava nos índios, animais frígidos e débeis, “nenhuma atividade da alma”. O abade De Paw inventava uma América onde os índios degenerados eram como cachorros que não sabiam latir, vacas incomestíveis e camelos impotentes. A América de Voltaire, habitada por índios preguiçosos e estúpidos, tinha porcos com umbigos nas costas e leões carecas e covardes. Bacon, De Maistre, Montesquieu, Hume e Bodin negaram-se a reconhecer como semelhantes os “homens degradados” no Novo Mundo. Hegel falou da impotência física e espiritual da América e disse que os índios tinham perecido ao sopro da Europa.

Para Dussel (2007, p. 78), o conceito carrega um lado sombrio que é sempre esquecido, ao que chama de “mito da modernidade”. O autor explica nas seguintes premissas:

1. Sendo a cultura europeia mais desenvolvida, quer dizer, uma civilização superior às outras culturas (premissa maior de todos os argumentos: o “eurocentrismo”).
2. O fato de as outras culturas “saírem” de sua própria barbárie ou subdesenvolvimento pelo processo civilizador constitui, como conclusão, um progresso, um desenvolvimento, um bem para elas mesmas. É então um processo emancipador. Além disso, este caminho modernizador obviamente já é percorrido pela cultura mais desenvolvida. Nisso estriba a “falácia do desenvolvimento (desenvolvimentismo)”.
3. Como primeiro colorário: a dominação que a Europa exerce sobre outras culturas é uma ação pedagógica ou uma violência necessária (guerra justa), e é justificada por ser uma obra civilizadora ou modernizadora; também estão justificados eventuais sofrimentos que possam padecer os membros de outras culturas, já que são custos necessários do processo civilizador. Esse sofrimento é visto como custo necessário ao processo civilizador, e pagamento de uma “imaturidade culpável”.

¹¹ A ideia de América não pode ser separada da colonialidade: o continente como um todo emergiu como tal, na consciência europeia, como uma grande extensão de terra que deveria ser apropriada e um povo que devia ser evangelizado e explorado (tradução dos autores).

4. Como segundo colorário: o conquistador ou o europeu não só é inocente, mas meritório quando exerce tal ação pedagógica ou violência necessária.

5. Como terceiro colorário: as vítimas conquistadas são “culpadas” também de sua própria conquista, da violência que se exerce sobre elas, de sua vitimação, já que podiam e deviam ter “saído” da barbárie voluntariamente sem obrigar ou exigir o uso da força por parte dos conquistadores ou vitimários; é por isso que os referidos povos subdesenvolvidos se tornam duplamente culpados e irracionais quando se rebelam contra esta ação emancipadora-conquistadora.

Assim, o processo de dominação, ainda que exercido sob forte violência, é considerado uma ação pedagógica, e a violência utilizada é justificada e vista como fruto da involuntariedade dos próprios colonizados, que poderiam sair da situação de selvageria de forma voluntária, porém, como não o fazem, resta imperiosa a ação violenta dos colonizadores. Nesse processo, o europeu é considerado inocente, sendo a violência exercida justificável por ser uma obra civilizadora e modernizadora, uma vez que os dominados são culpados por se encontrarem na situação de incivilidade e não procuram sua saída voluntariamente, de forma que são duplamente culpados quando se rebelam contra as ações dos europeus, obrigando-os a utilizar métodos violentos.

4 A DEPENDÊNCIA ECONÔMICA COMO PRODUTO DA COLONIALIDADE

É certo que as raízes de determinados fatores sociais e econômicos têm origem direta na forma como ocorreu a formação histórica da sociedade latino-americana no período pós-invasão dos europeus. A dependência econômica tem procedência nas características que marcaram o processo de exploração e de povoamento dos países latino-americanos enquanto colônias europeias.

É importante trazer o aparato histórico apresentado por Eduardo Galeano no livro “As Veias Abertas da América Latina”. Seguem suas considerações (GALEANO, 1985, p. 1):

Há dois lados na divisão internacional do trabalho: um em que alguns países especializam-se em ganhar, e outro em que se especializaram em perder. Nossa comarca do mundo, que hoje chamamos de América Latina, foi precoce: especializou-se em perder desde os remotos tempos em que os europeus do Renascimento se abalçaram pelo mar e fincaram os dentes em sua garganta.

É a América Latina, a região das veias abertas. Desde o descobrimento até nossos dias, tudo se transformou em capital europeu ou, mais tarde, norte-americano, e como tal tem-se acumulado e se acumula até hoje nos distantes centros de poder. Tudo: a terra, seus frutos e suas profundezas, ricas em minerais, os homens e sua capacidade de trabalho e de consumo, os recursos naturais e os recursos humanos. O modo de produção e a estrutura de classes de cada lugar têm sido sucessivamente determinados, de fora, por sua incorporação à engrenagem universal do capitalismo.

Nesse sentido, os ensinamentos trazidos por Quijano (2005b, p. 23) também são de grande importância:

Para a América e, em particular, para a atual América Latina, no contexto da colonialidade do poder, esse processo implicou que, à dominação colonial, à racialização, à re-identificação geocultural e à exploração do trabalho gratuito, fosse sobreposta a emergência da Europa Ocidental como o centro do controle do poder, como o centro de desenvolvimento do capital e da modernidade/racionalidade, como a própria sede do modelo histórico avançado da civilização. Todo um mundo privilegiado que se imaginava, se imagina ainda, autoproduzido

e autoprojeto por seres da *raça superior par excellence*, por definição os únicos realmente dotados da capacidade de obter essas conquistas. Desse modo, daí em diante, a dependência histórico-estrutural da América Latina não seria mais somente uma marca da materialidade das relações sociais, mas sim, sobretudo, de suas novas relações subjetivas e intersubjetivas com a nova entidade/identidade chamada Europa Ocidental e a de seus descendentes e portadores onde quer que fossem e estivesse.

Quando da colonização da América Latina, a Europa estava na fase de expansão capitalista-mercantil, grande parte da produção era destinada ao mercado internacional, atuando a economia recém-formada a serviço da economia mundial. Dessa forma, não conseguiram se desenvolver internamente como uma economia manufatureira, como eram os países europeus daquela época. Essa situação, como asseverou Theotônio dos Santos (1976, p. 124), não estimulava o pleno desenvolvimento das relações capitalistas de produção, sendo sustentada por formas servis e escravistas de trabalho.

Passar pela fase do período mercantil-manufatureiro possibilitou a realização da divisão entre proprietários dos meios de produção e da força de trabalho na Europa, de forma a criar as bases para a expansão da produção capitalista após a Revolução Industrial, o que também foi preparado por meio da “acumulação primitiva de capitais na base do monopólio do comércio internacional, da concentração e da agilização da atividade financeira, destruição da economia camponesa privada” (SANTOS, 1976, p. 124).

Isso já não aconteceu na América Latina, que integrou o mercado internacional como exportadora de metais preciosos e produtos agrícolas e assim continuou após o fim do período colonial. Desta forma, a América Latina é integrada, desde o início, no ciclo do capital por meio de uma relação de dependência com os colonizadores e com o mercado mundial. Mesmo após a independência, os países latino-americanos continuaram as trocas comerciais por intermédio da venda de produtos extrativos e da compra de produtos industrializados, firmando a lógica de divisão internacional entre os países agroextrativistas e os industriais.

As consequências de tal relação foram: a) o controle dos recursos produtivos internos pelas elites nacionais e posição subordinada no mercado internacional; b) predomínio total dos setores agroextrativos na estrutura de produção latino-americana (QUIJANO, 2004).

A dependência envolve uma desigualdade na divisão internacional do trabalho, típica do capitalismo, que se materializa na interdependência entre países especializados na produção de gêneros agrícolas e matérias-primas e países especializados na produção de bens industrializados, de alto valor agregado (SANTOS, 1976, p. 124). Esta interdependência se reflete nas relações políticas e econômicas internas desses países, compondo uma superestrutura ideológica.

Estar inserido na situação de dependência, enquanto parte do sistema, faz com que as decisões adotadas no interior do Estado tenham influência direta dos interesses dominantes dos países centrais. Tal estrutura também é incorporada no interior estatal a partir das elites nacionais, que a reproduzem em subordinação às metrópoles, pois delas se beneficiam, assim a dependência enquanto estrutura se mantém por fatores externos, mas também internos.

Segundo Quijano (2004), o conceito de dependência histórica deve ser compreendido a partir de duas dimensões, que nenhuma é explicada sem a outra e, portanto, somente podem ser entendidas em conjunto, isto porque o processo histórico dos países latino-americanos depende do processo histórico das sociedades dominantes. São elas: 1. O caráter subordinado do lugar que as sociedades ocupam em relações aos interesses metropolitanos, os modos concretos de

articulação e suas tendências de mudança e de expressão concreta; 2. A natureza subordinada das tendências, que a estrutura de poder interna de nossas sociedades adota, ao caráter concreto de seus interesses dominantes e à forma como são articulados entre si.

Segundo Marini (2000, p. 6), o período em que acontecia a Revolução Industrial na Europa, com maior intensidade na Inglaterra, corresponde à conquista da independência política dos países latino-americanos a partir da estrutura que conseguiram enquanto colônias. Após a independência é que se estabelece de fato a situação de dependência em articulação com o mercado mundial; é com a Revolução Industrial na Europa que se instaura, efetivamente, a divisão internacional do trabalho. Cita-se a seguinte passagem:

[...] as funções que a América Latina desempenha na economia capitalista mundial transcendem à simples resposta aos requerimentos físicos induzidos pela acumulação nos países centrais. Além de facilitar o crescimento quantitativo destes, a participação da América Latina no mercado mundial contribuirá para que o eixo da acumulação na economia industrial se desloque da produção de mais-valia absoluta à da mais-valia relativa, isto é, que a acumulação passe a depender mais do aumento da capacidade produtiva do trabalho do que simplesmente da exploração do trabalhador. No entanto, o desenvolvimento da produção latino-americana, que permite à região coadjuvar esta mudança qualitativa nos países centrais, dar-se-á fundamentalmente com base numa maior exploração do trabalhador. (MARINI, 2000, p. 06)

Desta forma, não é possível analisar e explicar os determinantes das sociedades latino-americanas, assim como suas transformações, sem incluir o condicionante do processo de dependência, que está diretamente relacionado com o modo de colonização ao qual os países foram submetidos, sendo esse um fator já integrado à matriz histórica das sociedades nacionais.

5 CONCLUSÃO

A conquista do continente americano inaugurou fortemente a correlação de três processos: modernidade; eurocentrismo e colonialidade; eurocentrismo e capitalismo. Essa conjunção desencadeou consequências históricas e estruturais de dominação, que ultrapassaram os anos e ainda hoje estão presentes na América Latina.

Essa estrutura foi germinada com a chegada dos europeus ao continente americano, momento em que encontram o Outro e formam sua identidade enquanto o Eu do mundo por meio, sobretudo, da discriminação racial, do controle do trabalho e da hierarquia epistemológica.

Dessa forma, entende-se que o processo de colonização proporcionou o surgimento de padrões de poder estruturais ainda presentes na sociedade latino-americana. A colonialidade, o eurocentrismo e o capitalismo foram responsáveis por incluir a América Latina no ciclo de dominação mundial, do qual jamais saíram.

As consequências socioeconômicas e políticas desses processos transcendem o período da colonização; a colonialidade implica justamente a continuidade da dominação colonial, mesmo após a independência dos países, o que demonstra que as estruturas de poder e dominação iniciadas naquele período passaram a ser reproduzidas no mundo capitalista moderno.

Nesse contexto, a colonização da América foi condição primordial para o desenvolvimento da economia capitalista mundial e para a construção da Europa moderna como centro do mundo. Isto é, a colonialidade tem estreita relação com o eurocentrismo e o capitalismo mundial moderno.

Além disso, as implicações desse processo são encontradas nos mais variados âmbitos:

os povos originários passaram por um violento processo de apagamento, tendo seus corpos, culturas, crenças e conhecimentos excluídos; a formação dos Estados ocorreu à margem de diversos segmentos da população nacional; os países foram inseridos na situação de dependência econômica estrutural; toda e qualquer forma de subjetividade não europeia/moderna foi excluída, entre outros.

Assim, as relações de poder e dominação ocorriam internamente, por meio das hierarquias raciais, de gênero e de saberes e da divisão do trabalho, e se estenderam, mesmo após o fim do período colonial, aos países que se tornaram independentes, que já adentraram na divisão internacional do trabalho em situação de dependência, em situação periférica em relação às nações centrais europeias.

Portanto é possível afirmar que as consequências estruturais da perpetuação do padrão de poder e dominação representado pela colonialidade refletem diretamente na construção histórica da América e da Europa, porém, em posições hierárquicas contrárias.

A colonialidade é a reprodução das estruturas de poder e de dominação que se utilizam da discriminação racial, do controle do trabalho e da divisão do conhecimento.

A modernidade inicia sua gestação com a chegada nos europeus ao continente americano, momento em que encontram o Outro e formam sua identidade enquanto o Eu do mundo, portanto está intrinsecamente ligada ao processo de colonização, embora essa associação não seja comumente realizada.

REFERÊNCIAS

BAGÚ, Sérgio. *Economía de la sociedad colonial: ensayo de historia comparada de America Latina*. Madrid: Akal, 1977.

CORONIL, Fernando. Natureza do pós-colonialismo: do eurocentrismo ao globocentrismo. In: LANDER, Edgardo (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina: Clacso, 2005. p. 50-62.

DUSSEL, Enrique. *20 teses de política*. Buenos Aires: Clacso, 2007.

DUSSEL, Enrique. Europa, modernidade e eurocentrismo. In: LANDER, Edgardo (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina: Clacso, 2005.

DUSSEL, Enrique. *Oito ensaios sobre cultura latino-americana e libertação*. São Paulo: Paulinas, 1997.

DUSSEL, Enrique. *1492: o encobrimento do outro: a origem do mito da modernidade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

DUSSEL, Enrique. ¿Descubrimiento o invasión de América? Visión histórico-teológica. *Concilium Revista Internacional de Teología*, [S. l.], n. 20 (separata), p. 481-8, nov. 1988.

GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*. Tradução de Galeno de Freitas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. v. 12. Título original: *Las venas abiertas de America Latina*.

LANDER, Edgardo. Ciências Sociais: saberes coloniais e eurocêtricos. In: LANDER, Edgardo (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina: Clacso, 2005.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Fundamentos de metodologia científica*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARIÁTEGUI, José Carlos. *Sete ensaios de interpretação da realidade peruana*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. In: SADER, Emir. *Dialética da dependência*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

MARX, Karl. O 18 Brumário de Luís Bonaparte. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Textos*. São Paulo: Edições Sociais, 1978, p. 199-285.

MIGNOLO, Walter. *La idea de América Latina: la herida colonial y la opción decolonial*. Barcelona: Editorial Gedisa Blackwell Publishing, 2007.

O'GORMAN, Edmundo. *La invención de América*. México: Universidad Autónoma de México, 1958.

POLITZER, Georges. *Princípios elementares de Filosofia*. 2018. Disponível em: <http://www.dorl.pcp.pt/images/SocialismoCientifico/politzer.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2018.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Apresentação. In: LANDER, Edgardo (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina: Clacso, 2005. p. 3-5.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina: Clacso, 2005a. p. 107-30.

QUIJANO, Anibal. Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 19, n. 55, p. 9-31, set./dez. 2005b.

QUIJANO, Anibal. *El laberinto de América Latina: ¿hay otras salidas?* OSAL, Observatorio Social de América Latina. Buenos Aires: Clacso, ano V, n. 13, 2004, p. 15-30.

SANTOS, Theotônio dos. *El gobierno de Allende y la lucha por el socialismo en Chile*. Cidade do México: IEEA / Unam, 1976. v. 1.

Sobre os autores:

Fernando Joaquim Ferreira Maia: Doutor e mestre em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), especialista em Direito Processual Civil pela UFPE. Professor associado do Centro de Ciências Jurídicas da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas (PPGCJ/UFPB). **E-mail:** fernandojoaquimmaia@gmail.com, **Orcid:** <http://orcid.org/0000-0002-5419-2031>

Mayara Helenna Veríssimo de Farias: Mestre em Ciências Jurídicas pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas (PPGCJ) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), na área de Direito Econômico. Advogada. **E-mail:** mayaravfarias@gmail.com, **Orcid:** <http://orcid.org/0000-0003-2436-4020>